

# Narrativas indígenas em sala de aula: a HQ *Xondaro* como ferramenta de resistência no ensino de História

## *Indigenous Narratives in the Classroom: The Xondaro Comic Book as A Tool of Resistance in the Teaching of History*

Ivo Barbosa Neto\*

Viviane Guerrini\*\*

### RESUMO

Este artigo analisa o uso das histórias em quadrinhos como recurso pedagógico no ensino de História, com base em uma experiência realizada no Programa de Residência Pedagógica com uma turma do 2º ano do Ensino Médio. A atividade articulou uma aula expositiva à leitura crítica da HQ *Xondaro*, que aborda a resistência indígena contemporânea, a luta pela demarcação de terras e a desconstrução da figura dos bandeirantes, representados como agentes de violência colonial. A partir dessa prática, discute-se quatro eixos: o conceito de narrativa decolonial; a representação dos povos indígenas como sujeitos históricos ativos; a persistência da imagem do “índio passivo” na historiografia tradicional; e a crítica à exaltação dos bandeirantes no imaginário nacional. Defende-se que a utilização de narrativas visuais construídas sob perspectivas indígenas contribui para tensionar visões eurocentradas e promover práticas pedagógicas críticas e plurais.

Palavras-chave: História indígena; Ensino de História; História em quadrinhos.

### ABSTRACT

This article analyzes the use of comic books as a pedagogical resource in History teaching, based on an experiment carried out in the Pedagogical Residency Program with a class of 2nd year high school students. The activity articulated a lecture on the critical reading of the comic book *Xondaro*, which addresses contemporary indigenous resistance, the struggle for land demarcation and the deconstruction of the figure of the bandeirantes, represented as agents of colonial violence. Based on this practice, four axes are discussed: the concept of decolonial narrative; the representation of indigenous peoples as active historical subjects; the persistence of the image of the “passive Indian” in traditional historiography; and the critique of the exaltation of the bandeirantes in the national imagination. It is argued that the use of visual narratives constructed from indigenous perspectives contributes to challenging Eurocentric views and promoting critical and plural pedagogical practices.

Keywords: Indigenous History; Teaching History; Comic Books.

\* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. ivo.barbosa@edu.ufes.br <<https://orcid.org/0009-0001-8616-7500>>

\*\* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. viviane.guerrini@edu.ufes.br <<https://orcid.org/0009-0005-7493-5524>>

O presente artigo tem como objetivo analisar a utilização das histórias em quadrinhos (HQs) como instrumento pedagógico no ensino de História, em uma proposta didática voltada à valorização e à resistência dos povos indígenas. A proposta foi desenvolvida com turmas do 2º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual e buscou compreender de que maneira o uso de recursos lúdicos e narrativos pode favorecer a construção de uma aprendizagem crítica, interdisciplinar e alinhada às competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, pretendeu-se refletir sobre a importância da formação docente voltada para práticas interculturais e decoloniais, conforme orientam as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. No que diz respeito à metodologia, a experiência foi organizada a partir de uma sequência didática composta por aulas expositivas, análise de HQs temáticas, discussões guiadas e uma visita pedagógica. Essa estrutura teve como finalidade proporcionar aos estudantes uma compreensão ampliada da temática indígena, superando visões estereotipadas e aproximando-os de uma perspectiva histórica plural. O trabalho também considerou observações diretas das aulas e reflexões produzidas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica, buscando compreender os desafios, os avanços e as percepções dos alunos ao longo da prática. O artigo está organizado em quatro seções principais. A primeira seção apresenta o conteúdo da obra em quadrinhos utilizada e discute os principais debates e problemáticas históricas que ela suscita. A segunda seção reflete sobre a importância das HQs como ferramenta pedagógica, destacando seu potencial de mediação entre o saber histórico e o interesse dos alunos. A terceira seção aborda o contexto institucional, analisando o perfil da escola, sua proposta pedagógica e as nuances relacionadas à presença (ou ausência) da temática indígena em seu projeto político-pedagógico. Por fim, a quarta seção apresenta o relato de experiência sobre a aplicação da atividade em sala de aula, evidenciando os desafios, os resultados e as percepções dos estudantes diante dessa proposta didática.

## O CONTEÚDO DA OBRA

A obra *Xondaro*, de autoria de Vitor Flynn Paciornik (2016), aborda a trajetória do povo Guarani e sua resistência frente ao avanço da cultura dos juruaá,<sup>1</sup>

evidenciando os esforços empreendidos na preservação de seus costumes, idioma e formas de vida pautadas em suas tradições ancestrais, inclusive, em pleno contexto urbano da maior metrópole brasileira. O enredo destaca a luta contemporânea dos Guarani pela efetivação da demarcação de seus territórios nas regiões do Jaraguá (zona norte) e de Parelheiros (zona sul) da cidade de São Paulo, onde mais de dois mil indígenas vivem confinados em áreas extremamente reduzidas. Diante dessa realidade (Paciornik, 2016, p. 2), o povo Guarani reconhece que a paciência e a serenidade, marcas de sua identidade enquanto povo tradicionalmente cauteloso, já não são suficientes. Nesse cenário, inicia-se uma nova fase em sua história de resistência, que alia a sabedoria ancestral à fé em Nhanderu Tenonde, sua principal divindade. Com o intuito de denunciar sua situação e reivindicar direitos territoriais, o povo Guarani realizou, em setembro de 2013, um protesto emblemático que interrompeu o tráfego na Rodovia dos Bandeirantes, via que carrega o nome de figuras historicamente associadas à violência contra os povos originários. À época, tramitava no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional n. 215,<sup>2</sup> que visava transferir do Executivo para o Legislativo a competência para a demarcação de terras indígenas, gerando ampla mobilização entre os povos originários. Em 2015, (Paciornik, 2016, p. 2) os Guarani protagonizaram uma significativa manifestação na Avenida Paulista, culminando no Monumento às Bandeiras, escultura monumental que exalta as expedições bandeirantes, responsáveis por incursões que resultaram em mortes e escravização de indígenas. Torna-se fundamental deslocar a compreensão tradicional, muitas vezes simplificada, sobre o papel dos povos indígenas na formação da sociedade colonial brasileira. A análise proposta por Monteiro (1994) evidencia a necessidade de desconstruir a narrativa heroica e eurocêntrica que historicamente associa os bandeirantes a feitos isolados de bravura, revelando, em contrapartida, a complexa rede de relações de poder, dominação e negociação que marcou o contato entre colonizadores e populações indígenas. Nesse contexto, Monteiro demonstra que os indígenas não podem ser compreendidos apenas como vítimas passivas da colonização; ao contrário, atuaram como agentes históricos ativos, capazes de resistir, adaptar-se e influenciar significativamente a configuração econômica, social e cultural da colônia. Essa perspectiva permite apreender a presença indígena de forma dinâmica e multifacetada, reconhecendo sua importância na construção das estruturas que moldaram o Brasil colonial. Durante o ato, os manifestantes cobriram partes do

monumento com panos vermelhos, simbolizando o sangue Guarani derramado pelos bandeirantes e reafirmando sua resistência histórica por meio de uma intervenção estética e política no espaço público.

As ilustrações presentes em *Xondaro* foram desenvolvidas (Paciornik, p. 57) a partir de uma livre inspiração em fotografias produzidas pela Comissão Guarani Yvyrupa e seus colaboradores, entre eles Luiz Pires e Luiza Mandetta. Essas imagens, que circularam na imprensa, incluem registros captados por satélite, bem como fotografias obtidas pelo próprio autor durante suas visitas às aldeias Guarani situadas no território de São Paulo. Outras referências visuais que fundamentaram a produção da obra incluem o livro e documentário *Xondaro Mbaraete: A força do xondaro*, elaborado no contexto de um curso de formação de pesquisadores Guarani, bem como o vídeo *Rodovia Rojoko: O dia em que fechamos a Bandeirantes*, produzido pela Comissão Guarani Yvyrupa. Além disso, o filme *Bicicletas de Nhanderu*, dirigido por Patrícia Ferreira Yxapy e Ariel Duarte Ortega, também serviu como importante fonte imagética para a construção narrativa. Entre as publicações que serviram de inspiração para o roteiro de *Xondaro*, destacam-se os livros *Ka'aguy re Jaiko: Vivemos na Mata*, produzido pelo Programa Aldeias da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista; *A Vida do Sol na Terra*, de Vera Kangua e Papa Miri Poty; além de duas obras de Maria Inês Ladeira, *O caminhar sob a luz e Espaço geográfico Guarani Mbya*.

A HQ *Xondaro* apresenta a trajetória de Werá Jeguaká Mirim, jovem Guarani que ganhou visibilidade ao erguer uma faixa com o pedido de “Demarcação” durante a abertura da Copa do Mundo de 2014. A narrativa, inspirada em um conto de seu pai, Olívio Jekupé, entrelaça elementos da mitologia Guarani, como o mito (Paciornik, 2016, p. 12) de Kuaray e Jaxy (Sol e Lua), à realidade contemporânea da luta pelos direitos territoriais e pela sobrevivência cultural. A obra denuncia o genocídio histórico e a contínua opressão enfrentada pelos povos indígenas no Brasil, contrapondo-se ao discurso oficial e midiático de “paz e união de raças”. Funciona, assim, como uma forma de resistência simbólica e política, expressa no clamor por “Demarcação Já!”, exaltando a figura do *xondaro* (guerreiro) como símbolo da astúcia e coragem necessárias à defesa de seu povo e de sua memória ancestral. Os personagens da obra são construídos em paralelo à narrativa mitológica Guarani, assumindo a missão simbólica de guerreiros incumbidos da defesa dos costumes, da cultura e das tradições de

seu povo. Essa dimensão é evidenciada na figura do protagonista, que, à semelhança dos personagens da lenda do Sol e da Lua, mobiliza a força ancestral para agir no presente. Ao participar da abertura da copa como representante indígena, o jovem Guarani transforma esse espaço de visibilidade midiática em um ato de denúncia, utilizando o evento como plataforma para reivindicar a demarcação das terras indígenas e dar visibilidade à resistência de seu povo frente à violência estrutural que os atinge.

A narrativa, para além da construção simbólica e do ato de resistência protagonizado pelo personagem central, incorpora múltiplas camadas de denúncia, articulando críticas contundentes tanto ao cenário historiográfico quanto ao contexto legislativo relacionado à questão indígena no Brasil. Ao fazer isso, a obra evidencia as omissões e distorções presentes na representação dos povos originários, ao mesmo tempo que problematiza os entraves institucionais que dificultam a efetivação de seus direitos territoriais e culturais.

Segundo Paciornik, (2016, p. 24), “esses mesmos homens que perseguiram, estupraram e mataram nossos ancestrais acabaram virando nome de rua, de escola, de estrada. Construíram estátuas em homenagem a eles, ergueram palácios”. Evidenciando, de forma elucidativa, que, apesar da violência histórica perpetrada pelos bandeirantes contra os povos originários, essas figuras continuam sendo direta e indiretamente exaltadas e homenageadas. Tal exaltação manifesta-se na denominação de ruas, escolas, rodovias e monumentos, bem como na permanência de discursos contemporâneos que os enaltecem como heróis nacionais, contribuindo para a manutenção de uma memória oficial que silencia ou minimiza os processos de expropriação e genocídio indígena. Em outro momento, Paciornik, (2016, p. 25) afirma que “muitos políticos e ruralistas querem acabar com as poucas garantias que conquistamos na constituição de 1988”, expondo a atuação de bancadas políticas que, orientadas por interesses econômicos, seguem negligenciando não apenas os direitos historicamente conquistados, mas também a própria existência dos povos indígenas e as garantias constitucionais a eles atribuídas. Por meio do diálogo entre os personagens, são levantadas reflexões sobre a contínua redução de seus territórios e a crescente insustentabilidade da espera por avanços no processo de demarcação. Embora expressem respeito pelas decisões dos juruá (não indígenas), os protagonistas evidenciam o esgotamento diante da morosidade e dos retrocessos legislativos que ameaçam sua permanência nas terras ancestrais.

## A UTILIZAÇÃO DOS QUADRINHOS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

A partir da análise da obra *Xondaro*, defende-se a utilização das histórias em quadrinhos como instrumento pedagógico no ensino de História. Combinando linguagem visual e textual, os quadrinhos se revelam uma ferramenta eficaz para abordar temas complexos, como a luta indígena por direitos, de forma acessível e engajadora. Sua estrutura narrativa permite explorar múltiplas temporalidades, simbolismos e perspectivas, favorecendo a problematização de discursos hegemônicos e a construção de um olhar mais plural e crítico por parte dos estudantes. Nesse sentido, os quadrinhos constituem-se não apenas como recurso complementar, mas como estratégia didática capaz de articular conteúdos curriculares, promover a interdisciplinaridade e estimular a formação cidadã. As histórias em quadrinhos configuram-se como um instrumento facilitador no processo de ensino-aprendizagem, especialmente por sua capacidade de traduzir temas complexos, como questões legislativas, simbologias culturais e conteúdos historicamente densos, em linguagens acessíveis e visualmente atrativas. Essa mediação didática contribui para a construção de sentido por parte dos estudantes, respeitando sua faixa etária e seus níveis de abstração, ao mesmo tempo que estimula a reflexão crítica e o engajamento com temáticas que, em formatos tradicionais, poderiam parecer distantes ou inacessíveis.

No que se refere ao gênero das histórias em quadrinhos, observa-se que ele busca representar uma comunicação naturalizada, em que os personagens interagem diretamente, valendo-se tanto da linguagem verbal quanto de elementos não verbais, como expressões faciais, gestos e posturas corporais, conforme destaca Eguti (2001, p. 12). Dessa forma, a totalidade dos recursos gráficos e textuais presentes nos quadrinhos contribui para a construção do contexto enunciativo, sendo este compreendido como resultado da interação entre linguagem escrita e imagem. Assim, torna-se evidente que a articulação entre texto e ilustração é essencial para a plena compreensão da narrativa. Segundo Eguti (2001, p. 12), os contornos dos balões nas histórias em quadrinhos exercem a função de delimitar visualmente as falas, sons ou pensamentos emitidos pelos personagens, constituindo um elemento central na construção da narrativa. No interior desses balões, encontram-se não apenas palavras, mas também símbolos, grafismos e imagens que expressam ideias, sonhos ou refle-

xões, ampliando o alcance semântico da trama. Esses recursos contribuem significativamente para o ritmo da leitura e para a expressividade da ação, estabelecendo uma articulação dinâmica entre texto e imagem que potencializa a experiência do leitor. Conforme destaca Ramos (2009, p. 14), a leitura de histórias em quadrinhos implica uma compreensão profunda da sua linguagem específica, que se manifesta tanto no plano verbal quanto no visual, onde este último compreende elementos não verbais essenciais para a narrativa. Dessa forma, a apropriação dos princípios básicos dessa linguagem híbrida revela-se condição imprescindível para a interpretação integral das histórias em quadrinhos. Tal domínio não apenas permite a apreensão do sentido completo da obra, como também é fundamental para que educadores possam utilizar esse recurso de forma efetiva em contextos pedagógicos, garantindo que os alunos acessem e interpretem adequadamente os múltiplos códigos presentes na narrativa visual e textual. A inserção das histórias em quadrinhos no ambiente escolar é frequentemente recebida com entusiasmo pelos estudantes, uma vez que, segundo Rama e Vergueiro (2006, p. 21), elas “aumentam a motivação dos estudantes para o conteúdo das aulas, aguçando sua curiosidade e desafiando o senso crítico”. Essa perspectiva encontra respaldo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento que orienta as discussões curriculares no Brasil, os quais indicam que o Ensino Médio deve promover o desenvolvimento de um conjunto de competências no aluno, incluindo a habilidade de pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados e cooperar, de modo que o educando possa participar ativamente do mundo social (Brasil, 2000, p. 5).

A prática em sala de aula transcorreu de forma fluida e produtiva, ainda que, em um primeiro momento, os alunos tenham demonstrado certo receio em relação à temática proposta. Essa resistência inicial estava relacionada, em parte, à pouca familiaridade com o tema ou à crença equivocada de que já possuíam pleno conhecimento sobre os povos indígenas, fruto de abordagens repetitivas e superficiais comumente encontradas no ensino tradicional. Contudo, à medida que o trabalho avançou e os estudantes foram convidados a explorar o assunto sob uma nova ótica, por meio da narrativa das histórias em quadrinhos e das discussões mediadas, emergiu um interesse genuíno e uma curiosidade crítica diante da complexidade e da diversidade das culturas indígenas. Essa mudança de postura revelou-se um indicador significativo de que

os objetivos pedagógicos foram alcançados, uma vez que o tema deixou de ser percebido como algo distante ou meramente ilustrativo, passando a ser compreendido em sua profundidade histórica, social e cultural. Em relação ao desenvolvimento da prática, observou-se que a metodologia adotada favoreceu o engajamento dos alunos e estimulou o diálogo em sala, permitindo que se tornassem sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento. Entretanto, alguns desafios se fizeram presentes, sobretudo no que se refere à limitação do tempo disponível para a execução completa da proposta. Caso a atividade fosse reaplicada, seriam necessários ajustes, especialmente quanto à ampliação do número de aulas destinadas à discussão e à realização de mais visitas pedagógicas, que poderiam aprofundar a experiência e fortalecer a aprendizagem significativa. No entanto, o calendário escolar, frequentemente restrito, impôs limites à execução plena dessas etapas. Apesar dessas dificuldades, a prática demonstrou grande potencial formativo, tanto para os alunos quanto para os residentes pedagógicos, ao evidenciar a importância de se repensar o ensino de História a partir de perspectivas mais inclusivas, críticas e decoloniais.

Para que tais objetivos sejam efetivamente alcançados, torna-se necessária uma transformação nas metodologias de ensino, especialmente nas aulas de História, que tradicionalmente se pautam na exposição unilateral e na memorização mecânica de conteúdos descontextualizados. O ensino deve, portanto, ser estruturado com base em uma abordagem que valorize as linguagens diversas, possibilitando aos alunos compreender e utilizar os sistemas simbólicos presentes em diferentes códigos comunicativos, a fim de organizar cognitivamente a realidade por meio da construção de significados, expressão, comunicação e acesso à informação (Brasil, 2000, p. 6).

## O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E O PERFIL DA ESCOLA

A necessidade da integração da Universidade com a sociedade, bem como o estabelecimento do diálogo com a Educação Básica são aspectos fundamentais para a formação do futuro docente, uma vez que proporcionam o alargamento da visão crítica e contextualizada dos desafios e demandas enfrentadas no ambiente educacional. Durante muito tempo, as discussões e reflexões que circundam questões educacionais eram frequentemente limitadas ao ambiente acadêmico, resultando em uma desconexão entre teoria e prática. Tal lacuna

compromete a eficácia da formação dos futuros professores, que muitas vezes se percebiam despreparados para tratar das complexidades do cotidiano escolar, que não era apresentado com suas concepções reais.

O arcabouço da nova legislação de educação apontou para as fragilidades do sistema e, em seu lugar, indicou a necessidade imperiosa de mudanças dos padrões da formação de professores em nível superior. As proposições que derivaram desse processo têm potencial para impactar a dinâmica e o funcionamento dos cursos de licenciatura e, por extensão, o papel dos formadores, bem como os aspectos que dizem respeito à pedagogia universitária, especialmente pela conexão mais explícita entre os distintos agentes formadores – escola e universidade – numa lógica que os reconhece igualmente como locais de trabalho e de pesquisa (Krahe; Wielewicky, 2009, p. 7).

No entanto, com o surgimento de programas como o da Residência Pedagógica, essa realidade aos poucos tem sido transformada. Ao refletir sobre a formação docente, torna-se imprescindível reconhecer a necessidade de preparar educadores para atuarem de maneira crítica e intercultural, capazes de promover o respeito e a valorização das múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira. Nesse sentido, o trabalho com a temática indígena insere-se em um compromisso ético e pedagógico de desconstrução de estereótipos e de ampliação das narrativas históricas, de modo a contemplar as contribuições dos povos originários e afro-brasileiros na formação do país. No que se refere ao trabalho intercultural, a obra de Edson Kaiapó (2018), destaca a necessidade de combater o epistemicídio e valorizar os saberes indígenas no ambiente escolar, mostrando que a educação deve ir além da mera transmissão de conteúdos, promovendo o reconhecimento dos conhecimentos produzidos pelos povos indígenas como sistemas epistemológicos legítimos e complexos. Nesse contexto, a formação de professores deve capacitá-los a mediar o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, adotando uma postura crítica e ética que desafie estereótipos e promova a equidade. Tal perspectiva está em consonância com as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que determinam a inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, bem como com as competências previstas na BNCC, que reforçam a importância da educação intercultural e da valorização da diversidade. A utilização das histórias em quadrinhos como recurso pedagógico se apresenta, nesse

cenário, como uma estratégia capaz de tornar visíveis os saberes indígenas, engajar os estudantes e fortalecer uma aprendizagem crítica e plural, contribuindo para uma prática educativa mais inclusiva e reflexiva. A Residência representa um importante avanço ao integrar de forma efetiva a teoria e a prática na formação docente, proporcionando aos estudantes de licenciatura uma experiência significativa e enriquecedora no ambiente escolar. Ao participarem de atividades escolares, os futuros professores têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da universidade, ao mesmo tempo que desenvolvem habilidades pedagógicas e interpessoais essenciais para a prática docente. Além disso, o Programa promove uma maior integração entre a universidade e a comunidade, estabelecendo uma relação de colaboração e troca de saberes entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo. Os estudantes têm a oportunidade de conhecer de perto a realidade das escolas e das comunidades em que estão inseridas, compreendendo melhor as especificidades e os desafios enfrentados pelos alunos e professores. Essa interação proporciona uma formação mais completa e humanizada, preparando os futuros docentes para atuarem de forma mais eficaz e comprometida com as necessidades e realidades locais. Dessa forma, o programa surge como uma ferramenta essencial para a formação do futuro professor, ao promover a integração entre prática e teoria, bem como a união entre universidade e sociedade. Ao unificar esses diferentes elementos, a Residência Pedagógica contribui significativamente para a construção de uma educação de qualidade, que seja realmente transformadora e inclusiva.

O Programa de Residência Pedagógica é promotor de oportunidades ao estudante de graduação em licenciatura no sentido de contribuir para a sua formação enquanto docente, possibilitando experiências em sala de aula que somente seriam vivenciadas enquanto professor graduado já atuando na área. Dessa maneira, é possível se defrontar com situações problema que fazem parte da carreira docente ainda enquanto estudante. Esse aspecto central do programa permite a troca de experiências e de conhecimentos que é bem-vinda no sentido de enriquecer e ampliar o quadro de possibilidades de construção de conhecimento não somente do residente, como também do professor preceptor, aquele que acolhe o universitário em sua escola de atuação. O diálogo e trocas estabelecidas entre o residente que leva as vivências de dentro da acade-

mia e o professor preceptor que atua há anos no âmbito da Educação Básica é fundamental para a formação de ambos os componentes.

O desenvolvimento deste projeto se deu durante o ano de 2023 na Escola Estadual de Ensino Médio “Irmã Maria Horta”, cuja criação é datada de 1950, quando recebeu o nome em homenagem à educadora e também freira da Ordem Carmelita Irmã Maria Horta, diretora do Colégio do Carmo e do Orfanato “Dona Zilma Ferreira”, mantido sob sua responsabilidade junto à comunidade. A instituição está situada no bairro Praia do Canto, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. O município destaca-se pela elevada qualidade de vida e pela infraestrutura urbana consolidada, tendo sido reconhecido, em 2015, pela Organização das Nações Unidas como a segunda melhor cidade brasileira para se viver. O bairro Praia do Canto reflete essa projeção positiva em âmbito nacional, caracterizando-se como uma área majoritariamente ocupada por residentes das classes média-alta e alta.

Entretanto, com o passar das décadas, observa-se alterações no que diz respeito à origem dos discentes atendidos pela escola, diminuindo a apenas 6% o quantitativo de estudantes que residem no próprio bairro. Os demais alunos são provenientes das diferentes regiões da Grande Vitória, destacando-se os bairros São Pedro, Itararé e Jesus de Nazareth. Os indicadores socioeconômicos e culturais dos bairros em que os discentes têm sua origem são díspares quando comparados ao bairro em que se encontra a escola. Majoritariamente, os estudantes são originários de bairros de periferia, formados por populações de menor renda, que sofrem com os problemas de infraestrutura urbana, de moradia, violência e descaso de órgãos governamentais. Quando o programa é direcionado a uma escola inserida em um bairro elitizado, mas com um público estudantil que possui fragilidades econômicas, a análise desse contexto fornece uma experiência significativa e singular. A herança do residente em uma escola que atende a um público diversificado socioeconômica e culturalmente oferece uma perspectiva direta das disparidades sociais. Essa vivência possibilita uma melhor compreensão das nuances presentes nas dinâmicas entre alunos, famílias e comunidade, promovendo uma sensibilidade maior às diferentes realidades.

Desta forma, a escola passa a ser pensada como espaço imaginado pela e para a burguesia local, asséptico, sem odores, limpo e organizado onde a racionalidade

presente se opõe às condições reais da realidade das ruas das cidades brasileiras. Lócus de fuga para as classes abastadas, da realidade que elas mesmas produziram (Lopes, 2007, p. 83).

Assim como abordado (Lopes, 2007), o contato com uma realidade socioeconômica heterogênea desafia o residente a adaptar suas práticas pedagógicas. A necessidade de criar estratégias educacionais inclusivas e sensíveis às diferenças de contexto se torna imperativa, preparando o futuro professor para lidar com a diversidade e promover um ambiente de aprendizagem mais equitativo. A convivência com alunos provenientes de famílias com diferentes condições socioeconômicas promove o desenvolvimento da empatia e da sensibilidade social nos residentes. Essa experiência contribui para a formação de educadores mais conscientes, capazes de compreender e apoiar melhor as necessidades individuais dos alunos. A herança do residente em uma escola que atende a um público diversificado socioeconômica e culturalmente oferece uma perspectiva direta das disparidades sociais. Essa vivência possibilita uma melhor compreensão das nuances presentes nas dinâmicas entre alunos, famílias e comunidade, promovendo uma sensibilidade maior às diferentes realidades.

A escola, embora não se situe nas proximidades de territórios indígenas nem possua, em seu corpo discente, estudantes autodeclarados indígenas, busca abrir espaços para o debate sobre essa temática, ainda que de forma pontual. No âmbito do ensino de História, o tema costuma ser abordado de maneira tangencial, geralmente associado a outros eixos de conteúdo, como nas discussões sobre a colonização e a formação da América Portuguesa, quando se tratam as relações entre europeus e populações originárias, os processos de resistência, a catequização e a exploração do trabalho indígena. No entanto, a ausência de um contato direto com comunidades indígenas torna o estudo dessa temática ainda mais significativo, pois oferece aos alunos a oportunidade de conhecer e refletir sobre a diversidade cultural, as formas de organização social e os desafios enfrentados por esses povos na contemporaneidade. Dessa forma, o trabalho desenvolvido contribui para ampliar o olhar crítico dos estudantes, aproximando-os de uma dimensão da história brasileira muitas vezes negligenciada no cotidiano escolar. Apesar do cenário desafiador, o Projeto Político-Pedagógico da escola revela um compromisso com a formação integral dos estudantes, pautando-se na valorização do processo educativo como instrumento de inclusão,

desenvolvimento e cidadania. Portanto, compreende que a avaliação deve ser contínua, diagnóstica e orientadora, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a superação das dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, promove ações de acompanhamento de egressos, investindo em análises qualitativas e quantitativas que visam tanto à melhoria do ensino quanto ao fortalecimento dos vínculos entre escola, ensino superior e mercado de trabalho. A interdisciplinaridade, articulada por meio de planos de ensino e intervenção pedagógica, orienta a prática docente, buscando integrar os saberes e fomentar uma aprendizagem contextualizada e significativa. A educação inclusiva é assumida como parte indissociável da proposta institucional, com a atuação de profissionais especializados, formação docente continuada e adequações curriculares permanentes. Assim, reafirma seu papel social de garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes, respeitando as diferenças e promovendo uma educação de qualidade para todos.

#### RELATO DE EXPERIÊNCIA: O USO DA HQ *XONDARO* EM SALA DE AULA

O desenvolvimento do projeto se deu com a elaboração de uma sequência didática, “Povos Indígenas, História e Resistência – Diálogos com a HQ *Xondaro*”, e partiu da necessidade de promover, no ensino de História, uma abordagem crítica sobre a construção da imagem dos povos indígenas ao longo do tempo, articulando o passado colonial com os desafios enfrentados na contemporaneidade. Para isso, optou-se por uma proposta interdisciplinar voltada a estudantes do 2º ano do Ensino Médio, cuja organização teve como eixo central a utilização da história em quadrinhos *Xondaro*, de Vitor Flynn Paciornik (2016), como ferramenta pedagógica que integra linguagem visual e textual, aproximando o estudante de temas complexos por meio de uma narrativa acessível e sensível.

O processo de escolha da história em quadrinhos foi orientado tanto por sua relevância temática quanto por sua potência narrativa e simbólica. A obra retrata as tensões vividas pelo povo Guarani em meio à urbanização de São Paulo, evidenciando que, embora profundamente afetada pela colonização, essa população segue resistindo à hegemonia da cultura dos juruá (não indígenas), preservando sua língua, seus costumes e suas formas de organização social. As-

sim, a HQ foi selecionada por oferecer uma representação contemporânea e sensível das continuidades e rupturas da experiência indígena, permitindo aos estudantes refletir sobre as permanências do colonialismo nas dinâmicas atuais. Além disso, a escolha se justificou pelo fato de o material já ser conhecido pelos graduandos envolvidos no projeto, que reconheceram na narrativa uma oportunidade de articular o passado e o presente em uma perspectiva crítica. No contexto escolar, observou-se que a temática indígena, embora prevista no currículo em consonância com as diretrizes da BNCC e com a Lei n. 11.645/2008, ainda não se manifesta de forma expressiva no cotidiano pedagógico. Essa constatação evidenciou uma lacuna entre o que é previsto nas orientações curriculares e o que efetivamente se realiza no cotidiano escolar, sobretudo no que se refere à abordagem das histórias e culturas indígenas. A proposta buscou promover o engajamento crítico por meio da leitura, análise e discussão coletiva da HQ, estimulando o protagonismo discente e a construção compartilhada do conhecimento histórico, em oposição a práticas transmissivas que frequentemente limitam o entendimento da diversidade cultural e das resistências indígenas. Dessa forma, a iniciativa foi recebida de maneira positiva pela equipe docente, que demonstrou interesse em atividades capazes de ampliar o repertório crítico dos alunos e promover o diálogo intercultural.

O planejamento da sequência didática ocorreu de modo colaborativo, considerando as especificidades da turma e as possibilidades de integração com outras áreas do conhecimento. A sequência foi estruturada em quatro núcleos articulados: aulas teóricas, oficinas práticas, momentos de produção criativa e uma visita pedagógica a um aldeamento indígena. Toda a estrutura foi orientada por quatro eixos conceituais principais: o desenvolvimento de uma narrativa decolonial; a valorização dos povos indígenas como sujeitos históricos ativos; a desconstrução da imagem do “índio passivo”, recorrente na historiografia tradicional; e a crítica à exaltação dos bandeirantes no imaginário nacional. As aulas teóricas têm como base a abordagem da história dos povos originários desde a colonização portuguesa, com atenção às formas de contato, conflito e resistência. Nesse eixo, buscou-se construir uma narrativa decolonial que evidenciasse o protagonismo indígena e a complexidade de suas ações frente à expansão colonial, superando leituras que os reduzem à condição de vítimas ou espectadores da história. São explorados documentos históricos, como a Carta de Pero Vaz de Caminha e relatos jesuíticos, que podem ser acessa-

dos por meio de repositórios digitais como a Biblioteca Nacional, por exemplo. O intuito é problematizar as primeiras representações dos indígenas como seres “selvagens”, “inocentes” ou “primitivos”, destacando a permanência desses imaginários até hoje.

As oficinas propostas têm como foco o desenvolvimento do letramento visual e a leitura crítica de imagens, conforme defendido por autores como Roxane Rojo (2012, p. 21), que destaca a importância de múltiplas linguagens no processo de ensino-aprendizagem. A leitura da HQ Xondaro é orientada por roteiros de análise que permitem aos alunos identificar os elementos simbólicos da narrativa, como a figura do xondaro (guerreiro Guarani), a relação entre mito e realidade, e as ações de resistência no espaço público. Esse processo reforça a ideia de que os povos indígenas não são personagens do passado, mas agentes de transformação histórica e social, cuja atuação desafia as versões hegemônicas da história e reinterpreta criticamente o papel dos bandeirantes e outros símbolos coloniais. A referência à intervenção estética dos Guarani no Monumento às Bandeiras, por exemplo, permite relacionar a história da colonização à memória urbana e aos usos políticos do espaço.

A produção final dos estudantes, por meio da criação de narrativas em quadrinhos, cartografias e cartazes temáticos, está alinhada às diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), que propõem o desenvolvimento de competências como análise crítica, expressão criativa, construção de argumentos e uso de linguagens diversas. A proposta também dialoga com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que tange à habilidade EM13CHS601, que diz respeito à análise acerca de protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas. Dessa forma, a sequência reforça o compromisso com uma narrativa decolonial que reposiciona o indígena no centro da história e questiona as narrativas celebrativas que, por séculos, glorificaram os agentes da colonização em detrimento dos povos originários. Portanto, reforçando a importância de uma educação comprometida com os direitos humanos, a diversidade e a valorização das culturas indígenas.

Por fim, a organização da sequência didática reflete uma perspectiva pedagógica que valoriza a escuta, a produção ativa do conhecimento e o diálogo com a realidade social dos estudantes. Conforme destaca Paulo Freire (1980),

“a educação é um ato político e não alegórico” e, nesse sentido, abordar a história indígena de forma crítica e respeitosa, rompendo com visões estigmatizantes, é também uma forma de transformar a escola em um espaço de resistência e emancipação.

A primeira aula, intitulada “Quem são os povos indígenas no Brasil? Desconstruindo estereótipos”, teve como ponto de partida uma atividade de sensibilização: os estudantes são provocados com perguntas aparentemente simples sobre quem é o “índio”, como vive, o que come e como se veste. Acreditando que a educação se faz na troca e que o conhecimento produzido pelo coletivo é ainda mais rico, optamos por balancear o tempo de aula entre a exposição e momentos de diálogo, pois

Enquanto professores e professoras de História, temos que ter em mente que os alunos e as alunas já trazem conhecimentos históricos antes de entrarem na aula de História em uma escola. Valorizar e respeitar esse conhecimento sobre o passado, pensando como uma possibilidade de usá-lo a favor da construção de conhecimentos históricos embasados e significativos pode ser um dos objetivos primordiais das aulas de História (Nunes, 2021, 2021).

Em seguida, foram exibidas imagens de indígenas de diferentes etnias, incluindo lideranças urbanas, artistas, professores, jovens e anciãos em contextos diversos. O objetivo foi evidenciar a pluralidade dos modos de vida indígenas e desmontar a imagem estereotipada, muitas vezes associada à ideia de um sujeito “primitivo” ou “atrasado”. Os alunos foram convidados a discutir como essas imagens e discursos revelam heranças coloniais e uma profunda incompreensão da diversidade cultural indígena.

Na segunda aula, “Povos originários e conquista: o indígena na colonização portuguesa”, buscou-se analisar historicamente as primeiras interações entre indígenas e portugueses. Por meio de exposição dialogada, aborda-se a chegada dos colonizadores, as alianças estratégicas, os conflitos armados, os processos de escravização e a ação missionária dos jesuítas. Com a análise de fontes históricas, como trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha e documentos coloniais, foi possível discutir como os indígenas foram representados como figuras ambíguas, ora gentis e passíveis de conversão, ora ameaçadoras e selvagens.

A terceira aula, “História e imagem: a invenção do ‘índio’ e a colonização da memória”, propõe o uso da HQ *Xondaro*, de Vitor Flynn Paciornik, como eixo articulador da reflexão sobre memória, representação e resistência. A leitura de trechos da HQ, especialmente os que tratam da intervenção dos Guaranis no Monumento às Bandeiras, é complementada com a análise de imagens e materiais de imprensa sobre o protesto ocorrido em São Paulo, em 2015. Em grupos, os alunos discutem criticamente os sentidos atribuídos às figuras históricas celebradas em monumentos e nomes de rua, refletindo sobre os apagamentos simbólicos e materiais das histórias indígenas. A aula promoveu, assim, uma discussão crítica sobre a persistência de memórias coloniais no espaço urbano e sobre a importância das intervenções simbólicas como formas de reexistência, dialogando com autores como Pollak (1989) e com a própria narrativa visual da HQ.

Por fim, na quarta aula, “Diálogo com o presente: resistências indígenas e territórios em disputa”, teve como foco as lutas indígenas contemporâneas, especialmente aquelas ligadas à demarcação de terras e ao direito à existência em contextos urbanos e rurais. A atividade final da aula consistiu na problematização: que estratégias os povos indígenas vêm adotando para se fazer ouvir e para reivindicar seus direitos no Brasil contemporâneo? A proposta era que os estudantes percebessem a atualidade das lutas indígenas e o papel da escola na valorização de saberes e memórias marginalizadas.

No tocante à sequência didática, foram propostas oficinas pensadas como momentos de síntese e aprofundamento, promovendo a mobilização de saberes construídos nas aulas anteriores a partir de práticas coletivas e criativas. Inspiradas por metodologias ativas e por uma abordagem decolonial do ensino de História, elas visaram não apenas à fixação de conteúdos, mas, sobretudo, à formação crítica e ao estímulo à autoria por parte dos estudantes. A avaliação dos alunos foi processual e qualitativa, valorizando a participação, a capacidade de análise e a coerência entre as produções finais e os objetivos da sequência.

Na Oficina 1: Leitura crítica da HQ *Xondaro*, os estudantes reuniram-se em rodas de leitura para explorar trechos selecionados da obra de Vitor Flynn Paciornik, com foco na articulação entre mito e realidade, na figura do xondaro como símbolo de resistência e nos elementos visuais que compõem a denúncia histórica presente na narrativa. Os grupos receberam um roteiro com per-

guntas norteadoras, que os auxiliaram na interpretação do enredo e na identificação de referências culturais e políticas, como a presença de divindades Guarani e as intervenções urbanas feitas por lideranças indígenas. A roda de conversa final permitiu aos alunos compartilhar suas leituras e levantar questões sobre a representação dos povos originários e a potência da linguagem dos quadrinhos como forma de resistência. A avaliação nessa oficina considerou a participação nas discussões, a escuta ativa e a capacidade de estabelecer conexões entre o conteúdo estudado e a narrativa da HQ.

Na Oficina 2: Cartografia da resistência: territórios indígenas ontem e hoje, os alunos trabalharam em grupos com mapas históricos e atuais, cruzando dados sobre a ocupação dos povos indígenas no período colonial com os territórios Guarani localizados nas regiões do Jaraguá e Parelheiros, em São Paulo. Utilizaram recursos como cartazes, marcadores e imagens impressas para produzir mapas comparativos que evidenciassem tanto a permanência quanto o encolhimento dos territórios originários ao longo do tempo. Essa atividade permitiu discutir a noção de território como espaço físico e simbólico de pertencimento, memória e resistência. A produção dos cartazes foi acompanhada por explicações orais dos grupos, que apresentaram suas interpretações para a turma. A avaliação considerou a clareza da representação, a apropriação dos dados e a habilidade em articular a dimensão histórica com os conflitos territoriais contemporâneos.

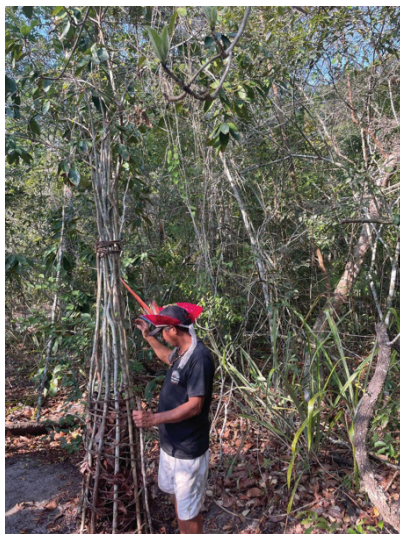
Por fim, na Oficina 3: Reescrevendo narrativas: histórias em quadrinhos de resistência, os estudantes foram convidados a criar suas próprias HQs curtas, com ênfase na autoria e no exercício da empatia histórica. A partir dos temas “Se eu fosse um xondaro hoje...”, “A história de meu território” e “A luta de um povo invisibilizado”, os grupos roteirizaram e ilustraram narrativas que dialogavam com os aprendizados da sequência. Muitos incorporaram elementos da mitologia Guarani, como a presença de Nhanderu, e referências ao contexto atual, como o marco temporal, a violência contra lideranças indígenas e o racismo estrutural. As produções foram apresentadas em sala e, posteriormente, organizadas em uma exposição coletiva. A avaliação dessa etapa valorizou a criatividade, a coerência narrativa e a sensibilidade com que os temas foram tratados, mais do que a qualidade técnica do desenho. Além disso, os critérios envolveram a articulação entre conteúdo histórico, linguagem dos quadrinhos e reflexão crítica.

Em todas as oficinas, a avaliação esteve pautada na ideia de que educar é um ato político, sendo essencial que os estudantes fossem reconhecidos como sujeitos ativos na produção de conhecimento. Assim, mais do que medir acertos, o processo avaliativo buscou identificar avanços na compreensão histórica, na empatia com os povos originários e na capacidade de se expressar de forma crítica e criativa frente às injustiças do presente.

Além das atividades teóricas e oficinas desenvolvidas em sala de aula, foi realizada uma visita pedagógica à aldeia temática Guarani Tekoá Mirim, localizada no município de Aracruz, com o intuito de proporcionar aos estudantes uma vivência concreta e significativa em relação ao conteúdo estudado. Essa experiência permitiu o contato direto com o modo de vida, a cultura, os saberes tradicionais e as formas de organização social dos povos indígenas, contribuindo para uma aprendizagem mais sensível, crítica e contextualizada. Ao aproximar os alunos da realidade indígena contemporânea, a atividade buscou romper com estereótipos ainda presentes no imaginário social e favorecer uma compreensão mais profunda sobre a diversidade cultural e os desafios enfrentados por essas comunidades, fortalecendo o compromisso com a valorização e o respeito às identidades indígenas.

De modo geral, a aplicação da sequência didática evidenciou resultados pedagógicos significativos. As atividades possibilitaram que os estudantes desenvolvessem uma compreensão mais ampla e crítica sobre a história e a presença contemporânea dos povos indígenas, superando estereótipos e reconhecendo a continuidade das lutas por território, identidade e dignidade. As falas registradas durante as discussões e oficinas revelaram a ampliação da empatia histórica e do olhar sensível diante das injustiças e silenciamentos produzidos pelo colonialismo. Ainda que algumas resistências tenham emergido, especialmente diante da necessidade de desconstruir visões cristalizadas, o diálogo e a reflexão coletiva mostraram-se potentes na construção de aprendizagens significativas. O uso da HQ *Xondaro* destacou-se como recurso central nesse processo, por articular linguagem artística, narrativa histórica e crítica social, tornando o ensino da história indígena mais dinâmico, contextualizado e comprometido com uma educação emancipadora.

Figura 1 – Liderança apresentando a construção de uma arapuca



Fonte: Acervo dos autores (2023).

Figura 2 – Retrato da paisagem local



Fonte: Acervo dos autores (2023).

Figura 3 – Representação de construções indígenas



Fonte: Acervo dos autores (2023).

Figura 4 – Pintura corporal feita a partir da tinta do jenipapo



Fonte: Acervo dos autores (2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conteúdos desenvolvidos, o presente trabalho teve como objetivo central refletir sobre a potencialidade pedagógica da História em Quadrinhos (HQ) enquanto instrumento didático no processo de ensino-aprendizagem. A proposta consistiu na utilização das HQs como recurso metodológico articulado a uma sequência didática composta por múltiplas estratégias, culminando na realização de uma visita pedagógica. A experiência foi realizada com turmas do 2º ano do Ensino Médio em uma escola pública da rede estadual, tendo como eixo temático a valorização e a resistência dos povos indígenas. A atividade buscou promover o engajamento crítico dos estudantes, estimulando a compreensão histórica desses sujeitos como protagonistas de suas trajetórias e portadores de saberes próprios, frequentemente silenciados nos discursos oficiais. Ao articular o conteúdo presente nas histórias em quadrinhos com as discussões desenvolvidas ao longo das aulas expositivas, buscou-se transformar um recurso lúdico e literário em instrumento de promoção da compreensão crítica frente a uma temática historicamente marginalizada no ambiente escolar e na sociedade: a resistência e a valorização dos povos indígenas. Essa abordagem permitiu que os estudantes acessassem o conteúdo de forma mais envolvente, sem abrir mão da densidade reflexiva necessária à construção do conhecimento histórico. A proposta também se alinhou às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao integrar competências e habilidades previstas no documento, funcionando como um complemento que fortalece a estrutura curricular e contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade social. O objetivo final da proposta foi promover a desmistificação das representações estereotipadas e simplificadas que, ao longo do tempo, banalizaram e deturpam a imagem dos povos indígenas no imaginário social. Por meio de uma abordagem crítica e sensível, buscou-se evidenciar não apenas as lutas e resistências históricas desses povos, mas também valorizar seus feitos cotidianos, modos de vida, culturas e saberes. A proposta procurou, ainda, destacar a presença dos povos indígenas enquanto sujeitos históricos ativos e contemporâneos, que atuam e pertencem à sociedade brasileira de forma plena, contrariando a noção de que estariam restritos ao passado ou à marginalidade. Dessa forma, a atividade contribuiu para a construção de uma

perspectiva decolonial no ensino de História, reafirmando o compromisso com uma educação plural, inclusiva e comprometida com a justiça social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. *Parâmetro Curricular Nacional: ensino médio*. São Paulo: MEC, 1998.
- EGUTI, Clarícia Akemi. *A representatividade da oralidade nas histórias em quadrinhos*. 2001. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- FREIRE: educar é um ato político. *Diário do Povo*, Campinas, 14 ago. 1980, p. 6.
- KRAHE, Elizabeth Diefenthaler; WIELEWICKI, Hamilton de Godoy. Pedagogia universitária: mudança nos discursos sem eco nas práticas. In: *LASA2009 Congress paper archive*. XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro/Pittsburgh: LASA, 2009, p. 7.
- LOPES, J. J. M. Reminiscências na paisagem: vozes, discursos e materialidades na configuração das escolas na produção do espaço brasileiro. In: LOPES, J. J. M.; CLARETO, S. M. (Orgs.). *Espaço e Educação: travessias e atravessamentos*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 73-98.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NUNES, F. L. Combatendo o revisionismo: ensino de história da ditadura civil-militar brasileira enquanto disputa de narrativas. *Revista História Hoje*, v. 10, n. 19, p. 30-52 - 2021.
- RAMA, A.; VERGUEIRO, W. (Orgs.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2009.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

KAIAPÓ, Edson. Epistemicídio, racismo e resistência indígena: por uma educação pluriépistêmica. In: WALSH, Catherine; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Pedagogias decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Petrópolis: Vozes, 2018.

## NOTAS

<sup>1</sup> Os Guarani Mbyá, que vivem nos estados do sul e do sudeste brasileiros, usam comumente o termo juruá, que quer dizer “boca com cabelo”. Esse nome é uma referência às barbas e bigodes dos conquistadores europeus, mas hoje é usado para se referir a todos os não indígenas.

<sup>2</sup> A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que objetiva transferir aos parlamentares a decisão final sobre a demarcação de novas terras indígenas contraria as demandas históricas das etnias brasileiras, suscitando debates acerca da autonomia e dos direitos territoriais dos povos originários.

Artigo submetido em 23 de junho de 2025.

Aprovado em 30 de outubro de 2025.

